

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
<b>Total</b>	<b>327.503</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Ordinária		0,88663
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82455
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,88663

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	11.680.072	10.326.500
1.01	Ativo Circulante	782.557	854.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	192	64
1.01.02	Aplicações Financeiras	465.514	410.822
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	465.514	410.822
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	465.514	410.822
1.01.03	Contas a Receber	180.946	240.802
1.01.03.01	Clientes	180.946	240.802
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	180.946	240.802
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.021	15.580
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	120.884	187.731
1.01.08.03	Outros	120.884	187.731
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	36.038	79.203
1.01.08.03.04	Outros	84.846	108.528
1.02	Ativo Não Circulante	10.897.515	9.471.501
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.090.964	3.078.084
1.02.01.04	Contas a Receber	9.104	1.361
1.02.01.04.01	Clientes	9.104	1.361
1.02.01.05	Estoques	4.713	4.302
1.02.01.07	Tributos Diferidos	571.603	579.226
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	571.603	579.226
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	7.511
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.505.544	2.485.684
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinvulados	556.114	536.254
1.02.01.10.04	Ativo Sujeito à Indenização	1.949.430	1.949.430
1.02.03	Imobilizado	6.202.984	6.356.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.202.984	6.356.617
1.02.04	Intangível	1.603.567	36.800
1.02.04.01	Intangíveis	1.603.567	36.800
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.603.567	36.800

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	11.680.072	10.326.500
2.01	Passivo Circulante	472.280	884.398
2.01.02	Fornecedores	1.809	7.595
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.809	7.595
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.127	19.061
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.127	19.061
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	16.127	19.061
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	91.380	214.556
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	91.380	214.556
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.524	4.721
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	85.856	209.835
2.01.05	Outras Obrigações	362.964	643.186
2.01.05.02	Outros	362.964	643.186
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.586	298.750
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	111.032	141.742
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	15.341	25.211
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	94.987	9.661
2.01.05.02.10	Energia Comprada - CCEE	132.699	167.822
2.01.05.02.11	Uso do bem público	7.319	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.263.605	2.340.036
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.779.561	1.080
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.779.561	1.080
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.779.561	33
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	1.047
2.02.02	Outras Obrigações	2.484.044	2.338.956
2.02.02.02	Outros	2.484.044	2.338.956
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	35.852	35.852
2.02.02.02.06	Provisão para Litígios	2.120.009	2.156.162
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	72.915	72.915
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	76.112	74.027
2.02.02.02.09	Uso do bem público	176.148	0
2.02.02.02.11	Obrigações Estimadas e Folha Pagamento	3.008	0
2.03	Patrimônio Líquido	6.944.187	7.102.066
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	554.588	554.588
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	554.588	554.588
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-174.003	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-964.994	-976.752
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-375.935	-380.301

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	368.377	723.995	391.222	785.395
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-211.747	-561.629	-297.981	-419.415
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-105.219	-356.455	-206.563	-239.575
3.02.02	Custo com Operação	-106.528	-205.174	-91.418	-179.840
3.03	Resultado Bruto	156.630	162.366	93.241	365.980
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-56.506	-165.352	323.888	184.637
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-56.800	-160.521	310.972	184.325
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-34.348	-178.246	-44.184	-84.399
3.04.02.02	Outras Despesas Operacionais	-22.452	17.725	355.156	268.724
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	294	-4.831	12.916	312
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	294	-4.831	12.916	312
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	100.124	-2.986	417.129	550.617
3.06	Resultado Financeiro	-99.974	-151.636	-143.467	-232.260
3.06.01	Receitas Financeiras	26.567	72.048	15.271	54.038
3.06.02	Despesas Financeiras	-126.541	-223.684	-158.738	-286.298
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	150	-154.622	273.662	318.357
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.152	-7.623	67.327	18.903
3.08.01	Corrente	0	0	36.901	0
3.08.02	Diferido	-4.152	-7.623	30.426	18.903
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.002	-162.245	340.989	337.260
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-4.002	-162.245	340.989	337.260
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-4.002	-162.245	340.989	337.260
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.363	4.366	-7.463	1.945
4.02.01	Ajuste CPC 33 (R1)/IAS 19	2.363	4.366	-7.463	1.945
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.639	-157.879	333.526	339.205

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	100.910	334.557
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	216.758	442.283
6.01.01.01	Lucro Antes dos Impostos Sobre a Renda	-154.622	318.357
6.01.01.02	Depreciação / Amortização	171.131	158.236
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	71.626	65.626
6.01.01.05	Provisão para Litígios	-12.747	-295.687
6.01.01.06	Atualização do saldo de provisão para litígios	129.473	201.606
6.01.01.07	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	7.512	7.511
6.01.01.08	Baixa de Ativo Imobilizado	39	972
6.01.01.09	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	6.752	5.165
6.01.01.11	Atualização de Depósitos de Saldos Judiciais	-5.054	-16.809
6.01.01.12	Provisão Compra de Energia CCEE	0	25.601
6.01.01.13	Provisão para Compromissos Socioambientais	0	-27.585
6.01.01.14	Outras provisões	2.648	-710
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-46.121	-94.831
6.01.02.01	Valores a Receber	59.856	-45.338
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	43.165	-43.166
6.01.02.03	Almoxarifado	-775	-415
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	558	619
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-14.806	151.626
6.01.02.06	Outros Créditos	23.318	-8.333
6.01.02.07	Fornecedores	-5.786	-4.973
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-2.934	-8.033
6.01.02.09	Pagamentos a Entidades de Previdência Privada	-2.386	-3.220
6.01.02.10	Encargos Setoriais	-30.710	-23.458
6.01.02.11	Pagamentos de Litígios	-152.879	-102.095
6.01.02.12	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	-6.862	-5.279
6.01.02.13	Outras Obrigações	79.243	-14.978
6.01.02.14	Energia Comprada - CCEE	-35.123	12.212
6.01.03	Outros	-69.727	-12.895
6.01.03.01	Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	-69.727	-12.895
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.402.332	-6.208
6.02.01	Aquisição para o Imobilizado	-2.859	-4.082
6.02.02	Adições ao Intangível	-770	-2.126
6.02.03	Pagamento da Outorga	-1.398.703	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.356.242	-130.172
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos - Amortização	-124.576	-104.599
6.03.02	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprios pagos	-297.164	-25.573
6.03.03	Debêntures - Captação	1.777.982	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.820	198.177
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	410.886	310.536
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	465.706	508.713



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-162.245	4.366	-157.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-162.245	0	-162.245
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	4.366	4.366
5.05.03.02	Ajuste CPC 33 (R1)	0	0	0	0	4.366	4.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-11.758	11.758	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	554.588	-174.003	-1.340.929	6.944.187

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	337.260	1.945	339.205
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	337.260	0	337.260
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	1.945	1.945
5.05.03.02	Ajuste CPC 33 (R1) em 30 de junho de 2018	0	0	0	0	1.945	1.945
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-10.286	10.286	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	0	0	0	-10.286	10.286	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	578.348	326.974	-1.356.083	7.453.770

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
7.01	Receitas	856.901	920.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	857.265	920.847
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-364	-653
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-419.100	-292.480
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.459	-95.358
7.02.04	Outros	-383.641	-197.122
7.02.04.01	Encargos ONS / CCEE	-468	-479
7.02.04.02	Energia Comprada e Encargos Setoriais	-383.173	-196.643
7.03	Valor Adicionado Bruto	437.801	627.714
7.04	Retenções	-171.131	-158.236
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-171.131	-158.236
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	266.670	469.478
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	54.508	68.134
7.06.02	Receitas Financeiras	72.048	54.038
7.06.03	Outros	-17.540	14.096
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	-15.020	-69.348
7.06.03.02	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	-6.752	-5.165
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-7.623	18.903
7.06.03.04	Provisão para Litígios	12.747	77.177
7.06.03.05	Outras (Despesas) / Receitas Líquidas	-892	-7.427
7.06.03.06	Reversão de Provisão para Redução ao Valor Realizável de Almoarifado	0	-44
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	321.178	537.612
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	321.178	537.612
7.08.01	Pessoal	158.394	53.867
7.08.01.01	Remuneração Direta	157.590	52.817
7.08.01.04	Outros	804	1.050
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	57.653	75.080
7.08.02.01	Federais	57.584	75.017
7.08.02.03	Municipais	69	63
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	267.376	71.405
7.08.03.01	Juros	74.566	15.345
7.08.03.02	Aluguéis	1.461	2.122
7.08.03.03	Outras	191.349	53.938
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	23.837	24.076
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	24.617	20.559
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.229	7.843
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.568	1.460
7.08.03.03.06	Outras despesas financeiras	134.098	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-162.245	337.260
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-162.245	337.260



## Comentário do Desempenho

---

### COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

Neste trimestre geramos 949 MW médios de energia, com um índice de disponibilidade de 93,9%, consistentemente acima dos valores de referência estabelecidos pela ANEEL e em linha com a garantia física da Companhia.

O EBITDA Ajustado de R\$219 milhões deste 2T19 representa um valor 114% superior ao resultado do mesmo trimestre do ano passado, gerando uma Margem EBITDA Ajustado de 59%, maior que o dobro do mesmo período de 2018. Este resultado foi alcançado por uma combinação de fatores, com destaque para um decréscimo de R\$109 milhões na energia comprada em relação ao 2T18, conforme a nova estratégia de sazonalização e comercialização de energia, aliada a uma diminuição consistente de várias despesas recorrentes como Pessoal (excetuando-se gastos com PDV), Materiais, Serviços de Terceiros e Aluguéis que passaram por reduções respectivamente de 35%, 18%, 18% e 39% neste 2T19 quando comparadas ao mesmo trimestre do ano anterior.

### RECEITA OPERACIONAL

A Receita Operacional Líquida no 2T19 totalizou R\$368 milhões, redução de R\$23 milhões (-6%) em relação ao valor do 2T18, majoritariamente decorrente de:

- **Venda de energia – Volume:** Redução de R\$29 milhões do volume em contratos de venda com comercializadoras, alinhado com a estratégia de equacionamento do balanço energético da Companhia, que estava deficitário, e mecanismo de proteção da exposição ao risco hidrológico (GSF) e;
- **Venda de energia - Flexibilidade:** Redução de R\$19 milhões do volume de venda para indústria (mercado livre) decorrente de condições contratuais previamente acordadas (flexibilidade).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Energia de curto prazo – Sobra de Energia:** Aumento de R\$20 milhões devido a nova estratégia de gestão do balanço energético da Companhia ocorrendo sobra de energia no 2T19e;
- **Venda de Energia – Atualização Monetária:** Aumento de R\$5 milhões decorrente de cláusula de reajuste dos contratos com distribuidoras (mercado regulado).



## Comentário do Desempenho

### CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os Custos e as Despesas Operacionais no 2T19 totalizaram R\$268 milhões comparado a reversão de R\$26 milhões no 2T18.

No 2T18 tivemos alguns efeitos não recorrentes, descritos abaixo:

- **Provisão para litígios:** No 2T18 ocorreu a reversão da provisão no montante de R\$293 milhões decorrente do acordo judicial com o Ministério Público do Mato Grosso do Sul.
- **Provisão para compromissos socioambientais:** No 2T18 houve a reversão de R\$28 milhões considerando que o acordo com o Mato Grosso do Sul resultou na liquidação dessa obrigação.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Execução do acordo extrajudicial Estado do MS:** No 2T18 foram provisionados R\$52 milhões referentes ao acordo, sendo o pagamento de R\$2 milhões à prefeitura de Bataguassu e R\$50 milhões ao Estado do Mato Grosso do Sul, em 10 parcelas anuais e sucessivas.
- Adicionalmente, no 2T19 houve a **reclassificação** das despesas com atualização monetária sobre provisão para litígios do grupo de custos e despesas para despesas financeiras. Os detalhes da reclassificação estão na nota explicativa 3.1 do ITR 2T19.

Excluindo os itens não recorrentes ou não caixa, o total de custos e despesas no 2T19 foi de R\$242 milhões, uma redução de 29% em relação ao 2T18 principalmente devido a:

- **Energia comprada:** Redução de R\$109 milhões em relação ao 2T18, em linha com a nova estratégia de sazonalização e comercialização adotada pela Companhia.

Vale destacar que diversas frentes de iniciativas para ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos e despesas foram tomadas pela Companhia. No 2T19 verificamos reduções importantes em relação ao 2T18, especialmente nos custos e despesas de: pessoal (-35%), materiais (-18%), serviços de terceiros (-18%) e aluguéis (-39%).

### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado pela Companhia no 2T19 foi uma despesa de R\$100 milhões comparado a R\$143 milhões no 2T18. Impactado principalmente por:

- **Varição cambial:** Redução de R\$47 milhões em variação cambial decorrente dos pagamentos de principal da dívida com o BNDES indexada a variação cambial (cesta de moedas) realizados no curso normal de amortização da dívida.
- **Encargos de dívidas:** Aumento de R\$33 milhões decorrente principalmente do reconhecimento das obrigações da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações no montante de R\$1,8 bilhão desembolsada em jan/19.



## Comentário do Desempenho

- **Outras despesas financeiras:** Redução de R\$18 milhões, impactado pela redução em atualização do saldo de provisão para litígios. Cabe ressaltar que neste trimestre houve a reclassificação das despesas com atualização monetária sobre provisão para litígios de custos e despesas para despesas financeiras. Os detalhes da reclassificação estão na nota explicativa 3.1 do ITR 2T19.
- **Receitas financeiras:** Crescimento de R\$11 milhões devido ao maior caixa entre 01/abr e 03/mai, quando foi realizado o pagamento da outorga de Porto Primavera.

## RESULTADO LÍQUIDO

No 2T19 o prejuízo líquido foi de R\$4 milhões, contra um lucro líquido de R\$341 milhões no 2T18. Desconsiderando os efeitos do acordo com MP-MS no 2T18 (R\$293 milhões), o principal impacto no lucro líquido, foi a atualização do saldo de provisão para litígios. Excluindo os efeitos das provisões para litígios, os principais impactos foram: (i) redução na receita operacional bruta devido ao menor volume de vendas no mercado livre e (ii) redução na rubrica de custos e despesas advindo do menor volume de energia comprada. Ambos os efeitos estão em linha com a nova estratégia de sazonalização, comercialização e redução da exposição ao risco hidrológico adotada pela Companhia. O gráfico a seguir apresenta os principais fatores que influenciaram o resultado líquido do 2T19, a partir do EBITDA ajustado do mesmo período:

## DEMONSTRAÇÃO DO EBIT/EBITDA (INSTRUÇÃO CVM N°527, DE 14 DE OUTUBRO DE 2012)

EBIT / EBITDA - R\$ mil	2T19	2T18	Var. (%)	6M19	6M18	Var. (%)
<b>Lucro líquido</b>	<b>(4.002)</b>	<b>340.989</b>	<b>n.m.</b>	<b>(162.245)</b>	<b>337.260</b>	<b>n.m.</b>
IR e Contr. social líquidos	4.152	(67.327)	n.m.	7.623	(18.903)	n.m.
Resultado financeiro	99.974	143.467	-30%	151.636	232.260	-35%
<b>= EBIT</b>	<b>100.124</b>	<b>417.129</b>	<b>-76%</b>	<b>(2.986)</b>	<b>550.617</b>	<b>n.m.</b>
Depreciação / amortização	92.621	79.131	17%	171.131	158.236	8%
<b>EBITDA</b>	<b>192.745</b>	<b>496.260</b>	<b>-61%</b>	<b>168.145</b>	<b>708.853</b>	<b>-76%</b>
Programa de demissão voluntária	2.287	-	n.m.	104.791	-	n.m.
Provisões para litígios	23.560	(393.908)	n.m.	(12.747)	(295.687)	-96%
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>218.592</b>	<b>102.352</b>	<b>114%</b>	<b>260.189</b>	<b>413.166</b>	<b>-37%</b>

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

*(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram revisados pelos auditores independentes)*

##### 1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo. Em dezembro de 2018 foi concluída a aquisição do controle acionário da Companhia pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") e a SF Ninety Two Participações Societárias S.A, por meio do leilão de compra e venda de ações ordinárias ("ON") que pertenciam ao Governo do Estado de São Paulo, por meio de autarquias e sociedades sob seu controle. Tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. ("B3") e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e estão com 1.654,6 MW de capacidade instalada e 947,6 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2049, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"); operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrica ("ONS"). A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo (informações quantitativas não revisadas pelos auditores independentes):

<b>Produção Bruta em MWh</b>						
<b>Usinas</b>	<b>2019</b>			<b>2018</b>		
	<b>1º Trim.</b>	<b>2º Trim.</b>	<b>Acumulado</b>	<b>1º Trim.</b>	<b>2º Trim.</b>	<b>Acumulado</b>
<i>Porto Primavera</i>	<i>2.302.154</i>	<i>2.009.595</i>	<i>4.311.749</i>	<i>2.440.680</i>	<i>2.047.779</i>	<i>4.488.459</i>
<i>Paraibuna</i>	<i>22.718</i>	<i>56.530</i>	<i>79.248</i>	<i>49.212</i>	<i>83.788</i>	<i>133.000</i>
<i>Jaguari</i>	<i>2.710</i>	<i>7.070</i>	<i>9.780</i>	<i>5.759</i>	<i>18.784</i>	<i>24.543</i>
<b>Total</b>	<b>2.327.582</b>	<b>2.073.195</b>	<b>4.400.777</b>	<b>2.495.651</b>	<b>2.150.351</b>	<b>4.646.002</b>

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias em 6 de agosto de 2019.

## Notas Explicativas

### 1.2 Principais eventos ocorridos durante o primeiro semestre de 2019

#### a) Emissão de debêntures

Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu R\$ 1.800.000 provenientes da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão foi destinada para o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera, e para gestão ordinária dos negócios da Companhia. As debêntures têm vencimento em 7 anos e amortização em 4 parcelas anuais e consecutivas com carência de 3 anos.

#### b) Programa de Demissão Voluntária (“PDV”)

Em 28 de janeiro de 2019 o Conselho de Administração aprovou Programa de Demissão Voluntária – PDV, com as seguintes características: i) destinado a todos os empregados admitidos no quadro permanente da Companhia com contrato de trabalho por tempo indeterminado; ii) incentivo financeiro de 17 remunerações; iii) assistência médico-hospitalar e odontológica por 21 meses, a contar da data do desligamento; iv) Prazo de adesão até 12.02.2019; e v) desligamentos até 30.08.2019. No mesmo dia a Diretoria divulgou o programa aos empregados. A adesão ao programa foi de 327 empregados, com custo de R\$ 89.819 referente a incentivo e assistência médico-hospitalar e odontológica, além de R\$ 12.685 do 1º trimestre de 2019 e R\$ 2.287 do 2º trimestre de 2019 referentes à multa FGTS rescisória, totalizando R\$ 104.791.

#### c) Oferta Pública de Ações

Em 24 de maio de 2019, em virtude da aquisição do controle da Companhia, foi realizado na B3 o leilão da OPA (“Oferta Pública de Ações”), no âmbito do qual, em conformidade com os termos, condições e procedimentos previstos no instrumento da OPA, VTRM adquiriu 1 (uma) Ação ON, ao preço de R\$ 11,28, e 31 (trinta e uma) Ações preferenciais classe B (“PNB”), ao preço de R\$ 14,32. VTRM passou a deter, direta e indiretamente: (i) 102.091.755 Ações ON, representativas de aproximadamente 93,52% do total de Ações ON; e (ii) 28.928.300 Ações PNB, representativas de aproximadamente 13,72% do total de Ações PNB.

#### d) Contrato de Concessão UHE Porto Primavera

Em 23 de abril de 2019, a ANEEL assinou o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL, que regula a exploração da UHE Porto Primavera por 30 anos, por meio do regime de Produção Independente de Energia Elétrica (“Contrato”). A data base do Contrato, para fins de contagem de prazo de outorga, é 15 de abril de 2019. A partir desta data, a garantia física da UHE Porto Primavera passa a ser de 886,8 MW médios, conforme determina a portaria MME 66/2018. Conforme definido no contrato, a Companhia pagará UBP de 2,5% sobre a receita bruta durante 5 anos e todo ativo existente será depreciado pelas taxas ANEEL inclusive terrenos, limitado ao prazo de concessão. O ajuste da vida útil dos ativos representa um aumento mensal de R\$ 1.597 nas despesas com depreciação.

Em 3 de maio de 2019, em decorrência da assinatura do Contrato, a Companhia efetuou o pagamento da outorga no valor de R\$ 1.398.703 que será amortizado pelo prazo do contrato de concessão (30 anos).

#### e) Pagamento de Dividendos

Em 29 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 297.300, pagos em 15 de maio de 2019.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular



## Notas Explicativas

CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais.

As demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto conforme divulgado na Nota 3.1.

#### 3.1 Mudanças de políticas contábeis aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019

##### a) Reclassificação das despesas com Entidade de previdência a empregados

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as despesas com Entidade de previdência a empregados reflexo da adoção do CPC 33/ IAS 19 como Custo com operação na Demonstração do Resultado. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Administração entende que para o parque gerador de energia atual da Companhia, os valores tratados anteriormente como “Custo com operação”, enquadram-se melhor em “Despesas gerais e administrativas”. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

##### b) Reapresentação das despesas de atualização monetária da provisão para litígios

Até o trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia apresentava as despesas de atualização monetária da provisão para litígios em conjunto com as adequações de provisão e reversão nos grupos de “Outras despesas operacionais” e “Outras (despesas) receitas líquidas”. A nova Administração decidiu reapresentar a atualização monetária da provisão para litígios no “Resultado financeiro” pelos seguintes fatores: (i) avaliou que grande parte da movimentação do saldo de provisão para litígios deve-se a atualização monetária do período e que com a segregação dos impactos na Demonstração do Resultado, os efeitos das movimentações de provisão para litígios ficariam melhor demonstrados; (ii) a Companhia entende que a atualização monetária é um componente financeiro; (iii) consistência com o registro da atualização monetária dos depósitos judiciais. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

## Notas Explicativas

	Trimestre findos em			Acumulado até		
	(Original)		(Reapresentado)	(Original)		(Reapresentado)
	30.06.2018	Reclassificação	30.06.2018	30.06.2018	Reclassificação	30.06.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	391.222		391.222	785.395		785.395
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>						
Custo com energia elétrica.....	(206.563)		(206.563)	(239.575)		(239.575)
Custo com operação.....	(94.000)	2.582	(91.418)	(185.005)	5.165	(179.840)
	(300.563)	2.582	(297.981)	(424.580)	5.165	(419.415)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....</b>	<b>90.659</b>	<b>2.582</b>	<b>93.241</b>	<b>360.815</b>	<b>5.165</b>	<b>365.980</b>
<b>Despesas operacionais</b>						
Despesas gerais e administrativas.....	(41.602)	(2.582)	(44.184)	(79.234)	(5.165)	(84.399)
Outras despesas operacionais.....	258.199	96.957	355.156	75.351	193.373	268.724
Outras (despesas) receitas líquidas.....	9.289	3.627	12.916	(7.921)	8.233	312
	225.886	98.002	323.888	(11.804)	196.441	184.637
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO....</b>	<b>316.545</b>	<b>100.584</b>	<b>417.129</b>	<b>349.011</b>	<b>201.606</b>	<b>550.617</b>
Receitas financeiras.....	15.271		15.271	54.038		54.038
Despesas financeiras.....	(58.154)	(100.584)	(158.738)	(84.692)	(201.606)	(286.298)
<b>RESULTADO FINANCEIRO.....</b>	<b>(42.883)</b>	<b>(100.584)</b>	<b>(143.467)</b>	<b>(30.654)</b>	<b>(201.606)</b>	<b>(232.260)</b>
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS.....</b>	<b>273.662</b>	<b>-</b>	<b>273.662</b>	<b>318.357</b>	<b>-</b>	<b>318.357</b>

Essas reclassificações não afetam os saldos do Balanço Patrimonial e dos Fluxos de caixa operacionais.

### 3.2 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentasse risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o período findo em 30 de junho de 2019, em relação àquelas detalhadas nas últimas demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS AINDA NÃO VIGENTES

A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

Norma	Requerimento
Interpretação IFRIC 23 sobre a Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	<p>A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos. A Interpretação aborda especificamente as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se uma entidade considera incertezas quanto a tratamentos fiscais de forma separada;</li> <li>• Os pressupostos adotados por uma entidade quanto ao exame dos tratamentos tributários por parte do Fisco;</li> <li>• De que forma uma entidade apura seu lucro tributável (prejuízo fiscal), bases de cálculo dos tributos, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e</li> <li>• De que maneira uma entidade trata de mudanças nos fatos e circunstâncias.</li> </ul>

## Notas Explicativas

	Uma entidade deve determinar se deve considerar cada incerteza quanto ao tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com uma ou mais incertezas em tratamentos fiscais. Deve ser adotada a abordagem que melhor prediz a resolução da incerteza. A interpretação passou a vigorar para os períodos de apresentação de relatório anual iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, estando disponíveis alguns facilitadores para a transição.
IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil	<p>A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4. Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.</p>

A Administração da Companhia avaliou os impactos das normas acima emitidas e sua adoção não provocou impactos nas suas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Em relação ao IFRS 16, os contratos de locação da sede e de Presidente Epitácio não provocaram impactos, pois o local da sede da Companhia foi alterado em junho de 2019 e o contrato de Presidente Epitácio, além do valor ser imaterial, a Administração, informou que o pessoal lotado será realocado para a usina Porto Primavera ainda no ano de 2019.

Durante o 2º trimestre de 2019, a Companhia realizou análise do contrato de locação da nova sede, e concluiu que devido as suas características, o contrato é escopo da nova norma IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil. A partir de 01.05.2019, o contrato foi reconhecido como um direito de uso do ativo no Ativo não circulante na linha de Outros Créditos (Nota 8) em contrapartida de um passivo financeiro na linha de Outras obrigações (Nota 20) no valor de R\$ 7.955. O arrendamento a pagar foi mensurado ao valor presente do fluxo de pagamentos futuro, descontado pela taxa incremental de financiamento. O ativo correspondente é amortizado pelo prazo de vigência do contrato de arrendamento, nesse caso 75 meses.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>Caixa</b>		
Depósitos bancários à vista.....	192	64
<b>Aplicações Financeiras</b>		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs.....	465.514	410.822
	<u><b>465.706</b></u>	<u><b>410.886</b></u>

As aplicações são remuneradas entre 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**Notas Explicativas****6. VALORES A RECEBER**

	30.06.2019			31.12.2018	
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	(-) Provisão	Total	Total
<b>Consumidores</b>					
Industrial.....	61.605	4.172	(4.172)	61.605	79.002
<b>Revendedores</b>					
Agentes comercializadores.....	39.310	-	-	39.310	43.765
Leilões de energia.....	50.573	-	-	50.573	56.460
Suprimento - quotas.....	-	2.036	(2.036)	-	-
	<b>89.883</b>	<b>2.036</b>	<b>(2.036)</b>	<b>89.883</b>	<b>100.225</b>
	<b>151.488</b>	<b>6.208</b>	<b>(6.208)</b>	<b>151.488</b>	<b>179.227</b>
<b>Energia Livre / CCEE</b>					
Energia Livre (RTE).....	-	13.712	(13.712)	-	-
Liquidação - CCEE.....	29.458	-	-	29.458	61.575
	<b>29.458</b>	<b>13.712</b>	<b>(13.712)</b>	<b>29.458</b>	<b>61.575</b>
	<b>180.946</b>	<b>19.920</b>	<b>(19.920)</b>	<b>180.946</b>	<b>240.802</b>

**7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS**

	30.06.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda a compensar.....	34.247	62.891
Contribuição social sobre o lucro a compensar.....	37	14.663
COFINS a compensar.....	1.482	1.395
PIS a compensar.....	272	254
	<b>36.038</b>	<b>79.203</b>

**8. OUTROS CRÉDITOS**

	30.06.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.768	1.811
Créditos diversos (a).....	34.254	33.834
(-) Perda estimada de créditos (a).....	(33.146)	(32.782)
Ordens de projetos - P&D (b).....	78.693	102.550
Outros .....	4.236	4.074
(-) Perda estimada de créditos.....	(959)	(959)
	<b>84.846</b>	<b>108.528</b>
<b>Não Circulante</b>		
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Direito de uso (c) .....	7.955	-
(-) Amortização do direito de uso (c) .....	(212)	-
	<b>9.104</b>	<b>1.361</b>
	<b>93.950</b>	<b>109.889</b>

(a) Principalmente, saldo de cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Estado da Fazenda, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo, ex-acionista controlador da Companhia.

## Notas Explicativas

- (b) Os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e, quando da conclusão do projeto, compensados com o passivo (Nota 17 (c)) registrado para este fim.
- (c) Direito de uso registrado com a adoção do IFRS 16 sobre o contrato de aluguel da nova sede (Nota 4).

### 9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Depósitos Judiciais</b>		
Ações cíveis.....	336.525	336.061
Ações trabalhistas - recursais .....	105.615	94.321
Ações tributárias.....	29.531	29.329
Ações ambientais.....	41.394	40.812
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	31.491	31.126
Outros depósitos judiciais.....	10.064	3.144
	<u>554.620</u>	<u>534.793</u>
<b>Cauções</b>		
Depósitos vinculados - CCEE .....	1.230	1.197
Depósitos vinculados - ANEEL .....	264	264
	<u>1.494</u>	<u>1.461</u>
	<u><b>556.114</b></u>	<u><b>536.254</b></u>

### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	<u>ATIVO (A)</u>		<u>PASSIVO (B)</u>		<u>LÍQUIDO ATIVO (A - B)</u>	
	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>Imposto de renda</b>						
Prejuízos fiscais registrados .....	100.209	100.209	-	-	100.209	100.209
Prejuízos fiscais (não registrados).....	698.404	641.144	-	-	698.404	641.144
Diferenças temporárias (não registradas):						
Provisões para litígios.....	432.223	441.255	-	-	432.223	441.255
Provisão Impairment - CPC 01.....	728.601	728.642	-	-	728.601	728.642
Provisão UHE Três Irmãos (Parcela Ativo Regulatório).....	136.880	136.880	-	-	136.880	136.880
Provisão compra de energia CCEE.....	23.963	23.963	-	-	23.963	23.963
Outras provisões.....	41.035	45.559	-	-	41.035	45.559
Entidade de previdência a empregados.....	-	-	101.628	101.628	(101.628)	(101.628)
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10).....	365.528	369.981	-	-	365.528	369.981
Atualização de saldo de depósitos judiciais.....	-	-	50.767	49.615	(50.767)	(49.615)
	<u>2.526.843</u>	<u>2.487.633</u>	<u>152.395</u>	<u>151.243</u>	<u>2.374.448</u>	<u>2.336.390</u>
<b>Contribuição social</b>						
Base negativa registrada .....	43.320	43.320	-	-	43.320	43.320
Base negativa (não registrada).....	186.138	165.525	-	-	186.138	165.525
Diferenças temporárias (não registradas):						
Provisões para litígios.....	155.600	158.852	-	-	155.600	158.852
Provisão Impairment - CPC 01.....	262.296	262.311	-	-	262.296	262.311
Provisão UHE Três Irmãos (Parcela Ativo Regulatório).....	49.277	49.277	-	-	49.277	49.277
Provisão compra de energia CCEE.....	8.626	8.626	-	-	8.626	8.626
Outras provisões.....	14.773	16.401	-	-	14.773	16.401
Entidade de previdência a empregados.....	-	-	36.586	36.586	(36.586)	(36.586)
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10).....	131.590	133.193	-	-	131.590	133.193
Atualização de saldo de depósitos judiciais.....	-	-	18.277	17.862	(18.277)	(17.862)
	<u>851.620</u>	<u>837.505</u>	<u>54.863</u>	<u>54.448</u>	<u>796.757</u>	<u>783.057</u>
<b>Provisão sobre créditos tributários não registrados.....</b>	<b>(2.737.816)</b>	<b>(2.678.435)</b>	<b>(138.214)</b>	<b>(138.214)</b>	<b>(2.599.602)</b>	<b>(2.540.221)</b>
	<u><b>640.647</b></u>	<u><b>646.703</b></u>	<u><b>69.044</b></u>	<u><b>67.477</b></u>	<u><b>571.603</b></u>	<u><b>579.226</b></u>

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que

## Notas Explicativas

são revisadas periodicamente e aprovadas pela Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

Abaixo demonstramos a realização do prejuízo fiscal e base negativa:

Exercício	Exercícios								Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	2027 e 2028	2029 e 2030	
Prejuízo fiscal e base negativa	9.129	5.406	692	27.620	17.575	44.574	38.533	-	143.529

O imposto de renda e a contribuição social sobre o custo atribuído tem as realizações conforme a depreciação dos bens calculada com base na vida útil estimada. Abaixo demonstramos a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre custo atribuído:

Exercício	Exercícios								Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	2027 e 2028	2029 até 2049	
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10)	5.957	12.342	14.037	17.056	17.056	51.169	51.169	328.332	497.118

## 11. ATIVO SUJEITO À INDENIZAÇÃO

	30.06.2019			31.12.2018	
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupiá	Total	Total
<b>Composição do ativo sujeito a indenização</b>					
Ativo sujeito à indenização.....	3.529.080	2.165.858	642.318	6.337.256	6.337.256
Ajuste para impairment.....	-	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)	(1.995.310)
Ajuste ativo contingente.....	(1.811.718)	(379.464)	(201.334)	(2.392.516)	(2.392.516)
Total provisões.....	(1.811.718)	(2.036.948)	(539.160)	(4.387.826)	(4.387.826)
<b>Ativo sujeito à indenização (líquido).....</b>	<b>1.717.362</b>	<b>128.910</b>	<b>103.158</b>	<b>1.949.430</b>	<b>1.949.430</b>

	30.06.2019			
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupiá	Total
<b>Composição do ajuste ativo contingente</b>				
Parcela do ativo regulatório.....	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)
Parcela mais valia (IFRS).....	(1.264.198)	-	-	(1.264.198)
Portaria MME No 458 de 01.10.2015.....	-	2.028	-	2.028
Modernização e melhoria Res. No 596/2013 ANEEL	-	126.882	103.158	230.040
<b>Provisão ativo contingente.....</b>	<b>(1.811.718)</b>	<b>(379.464)</b>	<b>(201.334)</b>	<b>(2.392.516)</b>

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, foi permitido que a União, na qualidade de Poder Concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para Janeiro de 2013, da renovação das concessões das Usinas de Ilha Solteira e Jupiá, vencíveis em 07.07.2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em Novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo Poder Concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupiá, até o termo final da concessão (07.07.2015) e em relação à Usina Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

## Notas Explicativas

### 11.1 Usina Três Irmãos

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da Usina Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do Ministério de Minas e Energias ("MME"), para que a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") promovesse, em 28.03.2014, leilão para licitação de concessão da Usina Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energias ("Portaria MME") nº 214/13.

Em razão da determinação de nova licitação para operação da Usina Três Irmãos, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), foi definido o valor de indenização a ser pago à Companhia, "referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013". O valor de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base de 06.2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 07.04.2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14 e em 09.07.2014, ingressou ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da Companhia, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") nº 25, a Companhia constituiu, em Janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir adequadamente o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso).

Atualmente, a questão está sendo discutida judicialmente, estando o respectivo processo em fase inicial de produção de provas.

### 11.2 Usinas de Ilha Solteira e Jupia

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as Usinas de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 07.07.2015. Nesse contexto, em 01.10.2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o valor de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, "considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015". Para a Usina de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das Usinas de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos em questão. Atualmente, após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos, os quais foram remetidos à segunda instância e, atualmente, aguarda julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização de ativos (ativo contingente), no valor de R\$ 580.798 (Ilha Solteira – R\$ 379.464 e Jupia – R\$ 201.334).

## Notas Explicativas

### 12. INTANGÍVEL

	Taxas Anuais Médias %	30.06.2019			31.12.2018
		Custo Total	Depreciação/ Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
<b>Em Serviço</b>					
Software e licença de uso.....	4,9%	25.387	(11.924)	13.463	15.880
Repactuação risco hidrológico (a).....	8,1%	26.510	(7.421)	19.089	20.166
Uso do bem público (b).....	3,3%	181.760	(1.262)	180.498	-
Outorga (b).....	3,3%	1.398.703	(9.710)	1.388.993	-
		<u>1.632.360</u>	<u>(30.317)</u>	<u>1.602.043</u>	<u>36.046</u>
<b>Em Curso</b>					
Software e licença de uso.....		1.524	-	1.524	754
		<u>1.524</u>	<u>-</u>	<u>1.524</u>	<u>754</u>
		<u><b>1.633.884</b></u>	<u><b>(30.317)</b></u>	<u><b>1.603.567</b></u>	<u><b>36.800</b></u>

(a) A repactuação do risco hidrológico registrada no intangível é amortizada, mensalmente, desde janeiro de 2016 até julho de 2028, considerando o acréscimo de 53 dias na outorga da UHE Porto Primavera.

(b) Vide Nota 1.2 (d).

A movimentação dos saldos de ativo intangível está representada por:

	31.12.2018	Adições	Depreciação/ Amortização	Ativações	30.06.2019
<b>Em Serviço</b>					
Software e licença de uso.....	15.880	-	(2.417)		13.463
Repactuação risco hidrológico.....	20.166	-	(1.077)		19.089
Uso do bem público.....	-	-	(1.262)	181.760	180.498
Outorga.....	-	-	(9.710)	1.398.703	1.388.993
	<u>36.046</u>	<u>-</u>	<u>(14.466)</u>	<u>1.580.463</u>	<u>1.602.043</u>
<b>Em Curso</b>					
Software e licença de uso.....	754	770	-	-	1.524
Uso do bem público.....	-	181.760	-	(181.760)	-
Outorga.....	-	1.398.703	-	(1.398.703)	-
	<u><b>36.800</b></u>	<u><b>1.581.233</b></u>	<u><b>(14.466)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>1.603.567</b></u>
	31.12.2017	Adições	Depreciação/ Amortização	Ativações	30.06.2018
<b>Em Serviço</b>					
Software e licença de uso.....	16.300	-	(2.187)	2.023	16.136
Repactuação risco hidrológico.....	22.318	-	(1.076)	-	21.242
	<u>38.618</u>	<u>-</u>	<u>(3.263)</u>	<u>2.023</u>	<u>37.378</u>
<b>Em Curso</b>					
Software e licença de uso.....	1.242	2.126	-	(2.023)	1.345
	<u><b>39.860</b></u>	<u><b>2.126</b></u>	<u><b>(3.263)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>38.723</b></u>



**Notas Explicativas****13. IMOBILIZADO**

	Taxas Anuais Médias %	30.06.2019			31.12.2018
		Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
<b>Em Serviço</b>					
Terrenos.....	3,3%	309.281	(1.594)	307.687	309.281
Reservatórios, Barragens e Aduoras.....	2,0%	7.322.580	(3.571.558)	3.751.022	3.842.287
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,3%	2.292.802	(1.362.678)	930.124	955.412
Máquinas e Equipamentos.....	2,9%	2.640.132	(1.433.271)	1.206.861	1.244.999
Veículos.....	5,4%	6.124	(4.184)	1.940	2.104
Móveis e Utensílios.....	3,9%	3.655	(2.716)	939	1.008
		<u>12.574.574</u>	<u>(6.376.001)</u>	<u>6.198.573</u>	<u>6.355.091</u>
<b>P&amp;D</b>					
Máquinas e Equipamentos.....		(807)	136	(671)	(697)
		<u>12.573.767</u>	<u>(6.375.865)</u>	<u>6.197.902</u>	<u>6.354.394</u>
<b>Em Curso</b>					
Reservatórios, Barragens e Aduoras.....		69	-	69	69
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....		898	-	898	-
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....		375	-	375	375
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		2.722	-	2.722	1.777
Outros.....		1.018	-	1.018	2
		<u>5.082</u>	<u>-</u>	<u>5.082</u>	<u>2.223</u>
<b>Total</b>		<b><u>12.578.849</u></b>	<b><u>(6.375.865)</u></b>	<b><u>6.202.984</u></b>	<b><u>6.356.617</u></b>

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2018	Adições	Depreciação	Baixas	30.06.2019
<b>Em Serviço</b>					
Terrenos.....	309.281	-	(1.594)	-	307.687
Reservatórios, Barragens e Aduoras.....	3.842.287	-	(91.265)	-	3.751.022
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	955.412	-	(25.288)	-	930.124
Máquinas e Equipamentos.....	1.244.999	-	(38.113)	(25)	1.206.861
Veículos.....	2.104	-	(164)	-	1.940
Móveis e Utensílios.....	1.008	-	(55)	(14)	939
	<u>6.355.091</u>	<u>-</u>	<u>(156.479)</u>	<u>(39)</u>	<u>6.198.573</u>
<b>Obrigações Bens de P&amp;D</b>					
Máquinas e Equipamentos.....	(697)	-	26	-	(671)
	<u>6.354.394</u>	<u>-</u>	<u>(156.453)</u>	<u>(39)</u>	<u>6.197.902</u>
<b>Em Curso</b>					
Reservatórios, Barragens e Aduoras.....	69	-	-	-	69
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	-	898	-	-	898
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....	375	-	-	-	375
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	1.777	945	-	-	2.722
Outros.....	2	1.016	-	-	1.018
	<u>2.223</u>	<u>2.859</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.082</u>
<b>Total</b>	<b><u>6.356.617</u></b>	<b><u>2.859</u></b>	<b><u>(156.453)</u></b>	<b><u>(39)</u></b>	<b><u>6.202.984</u></b>

**Notas Explicativas**

	31.12.2017	Adições	Depreciação	Ativações	Baixas	30.06.2018
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos.....	299.036	-	-	5.341	(1.184)	303.193
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	3.969.100	-	(90.089)	-	(5.243)	3.873.768
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1.015.497	-	(26.276)	-	(7.098)	982.123
Máquinas e Equipamentos.....	1.304.384	-	(38.390)	63	12.577	1.278.634
Veículos.....	2.439	-	(168)	-	(2)	2.269
Móveis e Utensílios.....	1.179	-	(75)	-	(22)	1.082
	<u>6.591.635</u>	<u>-</u>	<u>(154.998)</u>	<u>5.404</u>	<u>(972)</u>	<u>6.441.069</u>
<b>Obrigações Bens de P&amp;D</b>						
Máquinas e Equipamentos.....	(737)	-	25	(12)	-	(724)
	<u>6.590.898</u>	<u>-</u>	<u>(154.973)</u>	<u>5.392</u>	<u>(972)</u>	<u>6.440.345</u>
<b>Em Curso</b>						
Terrenos.....	1.301	4.040	-	(5.341)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	-	69	-	-	-	69
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....	-	83	-	(63)	-	20
	<u>1.301</u>	<u>4.192</u>	<u>-</u>	<u>(5.404)</u>	<u>-</u>	<u>89</u>
<b>Obrigações Bens de P&amp;D</b>						
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	-	(12)	-	12	-	-
	<u>1.301</u>	<u>4.180</u>	<u>-</u>	<u>(5.392)</u>	<u>-</u>	<u>89</u>
<b>Total</b>	<u><b>6.592.199</b></u>	<u><b>4.180</b></u>	<u><b>(154.973)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(972)</b></u>	<u><b>6.440.434</b></u>

**13.1 Custo atribuído (deemed cost)****Movimentação:**

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
<b>Saldo inicial em 01.01.2009.....</b>	<b>3.553.278</b>	<b>(1.208.115)</b>	<b>2.345.163</b>
Realizações.....	(5.033.204)	1.711.289	(3.321.915)
<b>Saldo final em 31.12.2018.....</b>	<b>(1.479.926)</b>	<b>503.174</b>	<b>(976.752)</b>
Realização no exercício (depreciação).....	17.814	(6.056)	11.758
<b>Saldo final em 30.06.2019.....</b>	<b>(1.462.112)</b>	<b>497.118</b>	<b>(964.994)</b>
			<b>30.06.2019</b>
<b>Usina</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>Impostos diferidos</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
UHE Engº Sérgio Motta (Menos Valia).....	( 1.491.783)	507.207	( 984.576)
UHE Paraibuna.....	22.422	( 7.624)	14.798
UHE Jaguari.....	7.249	( 2.465)	4.784
<b>Total.....</b>	<b>( 1.462.112)</b>	<b>497.118</b>	<b>( 964.994)</b>

O valor de Ajuste de Avaliação Patrimonial, remanescente, de R\$ 964.994 em 30.06.2019 (R\$ 976.752 em 31.12.2018), corresponde basicamente à “menos valia” apurada sobre a Usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos (Nota 22.3).

**14. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA**

	30.06.2019	31.12.2018
Energia comprada para revenda .....	36.847	71.970
Provisão - CCEE - liminar .....	95.852	95.852
	<u><b>132.699</b></u>	<u><b>167.822</b></u>

## Notas Explicativas

### 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

#### 15.1 Composição

	Encargos Financeiros Anuais	30.06.2019				31.12.2018			
		Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
		Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
<b>Moeda Estrangeira</b>									
BNDDES (Brady) .....	2,86% a.a.+ UMBNDES	234	84.491	-	84.725	615	209.128	-	209.743
Eletropaulo .....	Div (0,8125% a.a.+ LIBOR)	88	1.043	-	1.131	92	-	1.047	1.139
		<u>322</u>	<u>85.534</u>	<u>-</u>	<u>85.856</u>	<u>707</u>	<u>209.128</u>	<u>1.047</u>	<u>210.882</u>
<b>Moeda Nacional</b>									
Debêntures (*).....	CDI + 1,64% a.a.	3.359	-	1.779.550	1.782.909	2	4.719	33	4.754
Eletrobrás (RGR e IRD).....	Taxa Fixa 5% e 8% a.a.	1	2.164	11	2.176	2	4.719	33	4.754
		<u>3.360</u>	<u>2.164</u>	<u>1.779.561</u>	<u>1.785.085</u>	<u>2</u>	<u>4.719</u>	<u>33</u>	<u>4.754</u>
		<b><u>3.682</u></b>	<b><u>87.698</u></b>	<b><u>1.779.561</u></b>	<b><u>1.870.941</u></b>	<b><u>709</u></b>	<b><u>213.847</u></b>	<b><u>1.080</u></b>	<b><u>215.636</u></b>

(\*) Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu R\$ 1.800.000 provenientes da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (Nota 1.2 (a)). As debêntures têm vencimento em 7 anos e amortização em 4 parcelas anuais e consecutivas com carência de 3 anos. O valor nominal unitário não tem atualização monetária incidindo apenas juros remuneratórios com pagamento semestral equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, "over extragrupo", base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano.

O custo de emissão das debêntures foi de R\$ 22.018 a ser apropriado no resultado mensalmente pelo prazo do contrato de 7 anos.

A escritura de emissão das debêntures determina que a Companhia deverá apresentar, anualmente, um índice financeiro Dívida Financeira Líquida / EBITDA ajustado menor ou igual a 3,50x. Esta obrigação será aplicável a partir das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não cumprimento justificará o vencimento antecipado das debêntures. Caso ocorra a não observância do critério, o agente fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas dentro de dois dias úteis. A operação de debêntures está garantida pelos recebíveis da Companhia.

#### 15.2 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira:

Moeda	30.06.2019			31.12.2018		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	85.534	22.320	100,00	210.175	54.242	100,00

(\*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 3,8322 em 30 de junho de 2019 (R\$ 3,8748 em 31.12.2018).

#### 15.3 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures do Passivo não circulante:

	Moeda Nacional
2020.....	11
2021.....	-
2022.....	444.888
2023.....	444.888
2024.....	444.888
2025.....	444.888
	<b><u>1.779.561</u></b>

## Notas Explicativas

### 15.4 As principais moedas e indexadores de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos trimestres findos em	US\$	IPCA
30.06.2019	(1,66)	0,71
30.06.2018	16,01	1,89

### 15.5 Movimentação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
<b>Saldo inicial em 31.12.2018</b>	<b>4.754</b>	<b>210.882</b>	<b>215.636</b>
Ingressos.....	1.777.982	-	1.777.982
Juros e Comissões.....	66.840	6.158	72.998
Apropriação dos Custos de Captação.....	1.568	-	1.568
Variações Cambiais.....	-	(2.940)	(2.940)
Amortização de Principal.....	(2.581)	(121.995)	(124.576)
Amortização de Juros.....	(63.478)	(6.249)	(69.727)
<b>Saldo final em 30.06.2019</b>	<b>1.785.085</b>	<b>85.856</b>	<b>1.870.941</b>

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
<b>Saldo inicial em 31.12.2017</b>	<b>9.907</b>	<b>378.777</b>	<b>388.684</b>
Juros e Comissões.....	310	12.643	12.953
Variações Cambiais.....	-	51.491	51.491
Amortização de Principal.....	(2.876)	(101.898)	(104.774)
Amortização de Juros.....	(11)	(12.884)	(12.895)
<b>Saldo final em 30.06.2018</b>	<b>7.330</b>	<b>328.129</b>	<b>335.459</b>

### 16. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	30.06.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
Contribuição Variável - CV .....	217	1.735	1.952	1.970
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(217)	(1.735)	(1.952)	(1.970)
	-	-	-	-

## Notas Explicativas

### 16.1 Planos de Benefícios

#### Movimentação

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Saldo inicial.....	-	-	-	-
(Receita) / despesa do período.....	3.380	2.582	6.752	5.165
Contribuições pagas.....	(1.017)	(1.592)	(2.386)	(3.220)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	(2.363)	(990)	(4.366)	(1.945)
<b>Saldo final.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Abaixo demonstramos a despesa estimada para o exercício de 2019, com base na avaliação atuarial de 2018:

Despesa / (Receita) estimada para 2019	2019			
	BSPS	BD	CV	TOTAL
Custo do serviço corrente.....	-	14.370	5.800	20.170
Custo de juros sobre a obrigação.....	374.491	69.567	6.081	450.139
Rendimento esperado sobre os ativos do plano.....	(392.981)	(73.172)	(6.739)	(472.892)
Despesa/(Receita) sobre o "teto do ativo".....	18.490	3.557	533	22.580
Contribuição do empregado.....	-	(3.905)	(2.604)	(6.509)
<b>(Receita)/ despesa do exercício.....</b>	<b>-</b>	<b>10.417</b>	<b>3.071</b>	<b>13.488</b>

### 17. ENCARGOS SETORIAIS

	30.06.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal .....	4.168	4.556
- Diferença de Quotas - 2017 <b>(a)</b> .....	1.466	1.466
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos .....	7.248	8.279
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE.....	261	261
Quotas para P&D - FNDCT <b>(b)</b> .....	944	1.058
Quotas para P&D - MME <b>(b)</b> .....	472	529
P&D - Projetos <b>(c)</b> .....	82.861	111.535
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST <b>(d)</b> .....	13.491	13.914
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg <b>(e)</b> .....	121	144
	<b>111.032</b>	<b>141.742</b>
<b>Não Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2018 <b>(f)</b> .....	19.953	19.953
P&D - Projetos <b>(c)</b> .....	15.899	15.899
	<b>35.852</b>	<b>35.852</b>
	<b>146.884</b>	<b>177.594</b>

**(a)** Diferença de quota RGR 2017, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em 2019.

**(b)** Quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para o Ministério de Minas e Energia- MME, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

**(c)** Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo (Nota 8) e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.

## Notas Explicativas

- (d) Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – EUST, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.409 de 26 de junho de 2018.
- (e) Encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 2.437/2018 (Elektro) e nº 2.469/2018 (EDP-SP).
- (f) Diferença de quota RGR 2018, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em 2020.

### 18. USO DO BEM PÚBLICO

De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,5% sobre a receita bruta durante 5 anos (Nota 1.2 (d)).

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A data de início da concessão é 15 de abril de 2019 pelo período de 30 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>		
	<b>Ativo Intangível (nota 12)</b>	<b>UBP</b>	<b>(-) Ajuste a valor presente</b>	<b>Total</b>
Registro inicial em 15.04.2019.....	181.760	212.308	(30.548)	181.760
Amortização.....	(1.262)	-	-	-
Realização AVP.....	-	-	1.707	1.707
Saldo em 30.06.2019.....	<b>180.498</b>	<b>212.308</b>	<b>(28.841)</b>	<b>183.467</b>

Composição:

Usina	<b>30.06.2019</b>				<b>31.12.2018</b>	
	<b>Ativo Intangível</b>	<b>Passivo</b>			<b>Ativo Intangível</b>	<b>Passivo</b>
		<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>		
Porto Primavera.....	180.498	7.319	176.148	183.467	-	-

### 19. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas perdas prováveis.

## Notas Explicativas

Composição:

	31.12.2018	Movimentação				30.06.2019
	Saldo	Atualização (Nota 25)	Provisão / (Reversão) (Nota 24)	(-) Pagamentos	(-) Reversão da provisão por acordo (Nota 20 (a))	Saldo
<b>Trabalhistas</b>						
Ações diversas .....	247.663	13.160	(33.828)	(16.819)	-	210.176
<b>Cíveis</b>						
Ações diversas .....	35.164	1.428	(12.398)	-	-	24.194
<b>Tributárias</b>						
Ações diversas .....	5.828	286	483	(279)	-	6.318
<b>Indenizações</b>						
Ações ambientais.....	189.136	15.556	(27.693)	-	-	176.999
Ações cíveis.....	1.399.960	78.353	(152.529)	(5.753)	-	1.320.031
<b>Desapropriações</b>						
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	141.890	12.504	214.025	(27)	(130.000)	238.392
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	136.521	8.186	(807)	(1)	-	143.899
<b>Soma Indenizações e Desapropriações</b>	<b>1.867.507</b>	<b>114.599</b>	<b>32.996</b>	<b>(5.781)</b>	<b>(130.000)</b>	<b>1.879.321</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.156.162</b>	<b>129.473</b>	<b>(12.747)</b>	<b>(22.879)</b>	<b>(130.000)</b>	<b>2.120.009</b>

	31.12.2017	Movimentação				30.06.2018
	Saldo	Atualização (Nota 25)	Provisão / (Reversão) (Nota 24)	(-) Pagamentos	(-) Reversão da provisão por acordo (Nota 19.8)	Saldo
<b>Trabalhistas</b>						
Ações diversas .....	271.618	13.411	21.892	(28.029)	-	278.892
<b>Cíveis</b>						
Ações diversas .....	32.067	1.321	153	-	-	33.541
<b>Tributárias</b>						
Ações diversas .....	24.788	1.125	1.249	-	-	27.162
<b>Indenizações</b>						
Ações ambientais.....	1.106.798	45.648	(357.109)	(27.174)	(583.175)	184.988
Ações cíveis.....	1.205.755	117.607	65.394	(21.930)	(72)	1.366.754
<b>Desapropriações e indenizações</b>						
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	137.413	14.261	(1.287)	(6.393)	-	143.994
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	172.327	8.233	(25.979)	(18.569)	-	136.012
<b>Soma Indenizações e Desapropriações</b>	<b>2.622.293</b>	<b>185.749</b>	<b>(318.981)</b>	<b>(74.066)</b>	<b>(583.247)</b>	<b>1.831.748</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.950.766</b>	<b>201.606</b>	<b>(295.687)</b>	<b>(102.095)</b>	<b>(583.247)</b>	<b>2.171.343</b>

Em 30 de junho de 2019, os litígios, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	210.176	79.910	123.062	413.148
Ações cíveis diversas.....	24.194	286.223	1.629	312.046
Ações tributárias.....	6.318	85.508	168	91.994
Ações ambientais.....	176.999	275.889	1.927.880	2.380.768
Ações cíveis.....	1.320.031	1.015.607	3.238.201	5.573.839
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	238.392	386.523	1.875.274	2.500.189
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	143.899	315	598.699	742.913
<b>Total em 30 de junho de 2019</b>	<b>2.120.009</b>	<b>2.129.975</b>	<b>7.764.913</b>	<b>12.014.897</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.156.162</b>	<b>2.066.353</b>	<b>7.352.360</b>	<b>11.574.875</b>

## Notas Explicativas

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

### 19.1 Reclamações Trabalhistas

Em 30 de junho de 2019, as reclamações trabalhistas movidas contra a Companhia montavam a R\$ 413.148 (R\$ 460.571, em 31.12.2018). A Companhia mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 210.176 (R\$ 247.663, em 31.12.2018), representadas por 532 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 105.615 (R\$ 94.321, em 31.12.2018 – Nota 9).

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 79.910 (R\$ 89.443, em 31.12.2018) correspondentes a 306 processos.

#### 19.1.1 Impacto da atualização monetária sobre as provisões trabalhistas

Em decisão tomada no dia 14 de agosto de 2015 em pedido de arguição de inconstitucionalidade, o TST – Tribunal Superior do Trabalho mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passassem a ser corrigidos pelo IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial e não mais pela TR – Taxa Referencial. A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo STF – Supremo Tribunal Federal, que reconheceu como inconstitucional o uso da TR, como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Em 14 de outubro de 2015, o STF deferiu liminar em reclamação constitucional, que suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo TST. Referido processo está, atualmente, aguardando julgamento definitivo no STF. A companhia avaliou como possível o impacto até 30.06.2019 em R\$ 51.101 (R\$ 56.923 em 31.12.2018).

### 19.2 Ações Cíveis Diversas

#### 19.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A Companhia está envolvida em 20 ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nº 38 e nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. Estas ações possuem riscos avaliados como perdas provável e possível, em 30 de junho de 2019, no valor de R\$ 24.194 e R\$ 2.974, respectivamente (R\$ 35.164 e R\$ 4.219, em 31.12.2018).

#### 19.2.2 Ação AES – Sul

Trata-se de Ação Ordinária ajuizada pela AES Sul, em face da ANEEL, buscando a anulação parcial do “Despacho ANEEL nº 288/2002” e sua não aplicação de forma retroativa. Em síntese, a AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio de exposição, conforme determinado no referido Despacho ANEEL, especificamente em relação a uma operação de venda de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Itaipu, relativa ao período de racionamento ocorrido em 2001. Não sendo permitida, à AES Sul, a não opção pelo alívio de exposição, seria desfeita uma operação de mercado na qual ela obteve lucro de aproximadamente R\$ 373.000. A Companhia e demais agentes do mercado passaram a integrar a lide, considerando que também sofrerão impactos decorrentes do entendimento a ser aplicado no caso. Atualmente, após ser dado provimento ao recurso de Apelação da AES Sul, interposto em face de sentença que julgou improcedente a demanda, aguarda-se pelo julgamento de outros recursos interpostos pelas demais partes (Embargos Infringentes).

No que impacta a Companhia, a lide tem um valor em discussão de aproximadamente R\$ 283.249 (R\$ 270.448 em 31.12.2018), cujo risco de perda é avaliado como possível.

### 19.3 Ações Tributárias

A Companhia está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 91.994 (R\$ 63.141, em 31.12.2018), composto por R\$ 6.318 (R\$ 5.828, em 31.12.2018), com expectativa de perda considerada provável, referente a 11 processos judiciais e 134 ações classificadas como perda possível, no valor de R\$ 85.508 (R\$ 57.151 em 31.12.2018). A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 29.531 (R\$ 29.329 em 31.12.2018) em depósitos judiciais relativos à processos tributários.



## Notas Explicativas

### 19.4 Ações Ambientais

A Companhia possui ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível alcança R\$ 452.888 (R\$ 450.254 em 31.12.2018) em 30.06.2019, conforme abaixo:

	<b>Provável</b>	<b>Possível</b>	<b>TOTAL</b>
Proteção de encosta.....	12.973	229.208	242.181
Parques.....	161.473	-	161.473
Lençol freático.....	-	4.381	4.381
Outros.....	2.553	42.300	44.853
	<b>176.999</b>	<b>275.889</b>	<b>452.888</b>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 41.394 (R\$ 40.812 em 31.12.2018) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 9).

### 19.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

#### 19.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a Companhia intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 30 de junho de 2019, é de R\$ 154.763 e R\$ 534.341 respectivamente, para 220 processos (R\$ 173.258 e R\$ 552.265 em 31.12.2018).

#### 19.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 29 ações envolvendo o valor de R\$ 1.100.869 (R\$ 1.170.710 em 31.12.2018) com avaliação de risco de perda provável e R\$ 41.518 (R\$ 143.755 em 31.12.2018) com risco de perda possível em 30 de junho de 2019. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a Companhia e os impactados com o tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

#### 19.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 72 ações em curso contra a Companhia que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 64.399 (R\$ 55.992 em 31.12.2018), relativa a processos cuja probabilidade de perda é avaliada como provável. Existem ainda outras 90 ações consideradas com probabilidade de perda possível, que totalizam R\$ 439.747 (R\$ 240.945 em 31.12.2018).

### 19.6 Ações de Desapropriação – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 238.392 (R\$ 141.890 em 31.12.2018) para 27 ações de desapropriação envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, cujo risco de perda é avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Companhia. As ações de desapropriação com expectativa de perda possível totalizam R\$ 386.523 (R\$ 446.667 em 31.12.2018) referentes a 4 processos judiciais.

## Notas Explicativas

### 19.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da Companhia), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da Companhia.

Em 30 de junho de 2019, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$ 742.913 (R\$ 698.616 em 31.12.2018). A Companhia mantém registrada provisão de R\$ 143.899 (R\$ 136.521 em 31.12.2018) para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

### 19.8 Acordo Extrajudicial com o Ministério Público e Prefeituras de Mato Grosso do Sul

Em 30 de junho de 2018, a Companhia alcançou um Acordo com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul e Prefeituras dos Municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, todos da região de influência do reservatório de Porto Primavera, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O Acordo objetiva extinguir ações judiciais movidas por aquelas Instituições contra a Companhia, e também as obrigações ambientais previstas nos Instrumentos Particulares de Composição Amigável – IPCA's 1998 e no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC 2001, substituindo-as pelo compromisso da Companhia em cumprir todas as condicionantes da Licença de Operação nº 121/2000 – 2ª Renovação, emitida em 23 de maio de 2018 pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Pelo Acordo, o Estado do Mato Grosso do Sul fica autorizado a levantar o valor dos depósitos judiciais existentes, no valor total de R\$ 583.247. As partes outorgam à Companhia quitação plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável de todas as obrigações previstas no Instrumento de Acordo, ficando vedada toda e qualquer discussão em juízo ou fora dele, acerca de indenizações, ressarcimentos, obrigações de fazer, pleitos de perdas e danos emergentes, lucros cessantes ou despesa a qualquer título.

O Acordo extingue ações judiciais movidas pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul e referidas Prefeituras, que, encontravam-se classificadas da seguinte forma:

	30.06.2018			Resultado
	Ativo	Passivo		
	Cauções e Depósitos	Contingência	Outras obrigações	
Ambiental.....	(583.175)	935.042		351.867
Cível.....	(72)	53.634		53.562
	(583.247)	988.676	-	405.429
P.M. Bataguassu.....			2.000	(2.000)
Estado do MS.....			50.000	(50.000)
	<b>(583.247)</b>	<b>988.676</b>	<b>52.000</b>	<b>353.429</b>

**Notas Explicativas****20. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Circulante</b>		
Fundação CESP .....	782	-
Acordo judicial trabalhista.....	-	1.584
Acordo extrajudicial Estado do MS .....	5.329	5.159
Acordo judicial - desapropriação saldos a pagar (Nota 19).....	82.147	-
Arrendamento a pagar (a).....	1.584	-
Outros.....	5.145	2.918
	<b>94.987</b>	<b>9.661</b>
<b>Não Circulante</b>		
Acordo extrajudicial Estado do MS .....	37.305	41.272
Provisão Honorários Ad Exitum.....	8.974	8.973
Reserva Global de Reversão - RGR (amortização/reversão).....	13.962	14.553
Provisão PIS/COFINS sobre atualização depósitos judiciais.....	9.441	9.229
Arrendamento a pagar (a).....	6.430	-
	<b>76.112</b>	<b>74.027</b>
	<b>171.099</b>	<b>83.688</b>

(a) Arrendamento a pagar registrado com a adoção do IFRS 16 sobre o contrato de aluguel da nova sede (Nota 4).

**21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.06.2019				Acumulado em 30.06.2019
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
Votener Ltda.....		Compra e venda de energia	5.442	-	2.052	-	11.741
Eletrobrás .....	15	Empréstimos	-	-	2.165	11	181
Fundação CESP.....		Entidade de previdência	-	-	-	-	(6.752)
			Saldo em 31.12.2018				Acumulado em 30.06.2018
			Ativo		Passivo		Resultado
Empresas	Nota	Natureza da operação	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
Votener Ltda.....		Venda de Energia	4.608	-	-	-	-
EMAE.....		Aluguel / condomínio	-	-	-	-	(2.053)
Eletrobrás .....	15	Empréstimos	-	-	4.721	33	(310)
Fundação CESP.....		Entidade de previdência	-	-	-	-	(5.165)

## Notas Explicativas

### 21.1 Remuneração da Administração

A remuneração da Administração da Companhia no 1º semestre de 2019 foi de R\$ 804 (R\$ 1.050 em 30.06.2018), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 669 (R\$ 849 em 30.06.2018) e encargos sociais no valor de R\$ 135 (R\$ 201 em 30.06.2018).

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.801 ações ordinárias, 7.386.323 ações preferenciais classe A e 210.948.549 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 30 de junho de 2019, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
<b>Acionistas</b>								
VTRM Energia Participações S/A.....	51.045.879	46,76	-	-	14.464.166	6,86	65.510.045	20,00
SF Ninety Two Participações Societárias S/A.....	51.045.876	46,76	-	-	14.464.134	6,86	65.510.010	20,00
	102.091.755	93,52	-	-	28.928.300	13,72	131.020.055	40,00
Ações em tesouraria.....	3	-	1	-	2.560	-	2.564	-
Ações em circulação.....	7.076.043	6,48	7.386.322	100,00	182.017.689	86,28	196.480.054	60,00
	7.076.046	6,48	7.386.323	100,00	182.020.249	86,28	196.482.618	60,00
	109.167.801	100,00	7.386.323	100,00	210.948.549	100,00	327.502.673	100,00
<b>Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....</b>	<b>1.991.815</b>		<b>134.767</b>		<b>3.848.851</b>		<b>5.975.433</b>	

### 22.2 Reservas de Capital

	30.06.2019	31.12.2018
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio.....	1.929.098	1.929.098

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

### 22.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01.01.2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 13.1), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Prejuízos acumulados" na medida em que a depreciação e a baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
<b>Saldo inicial em 31.12.2018.....</b>	<b>(1.479.926)</b>	<b>503.174</b>	<b>(976.752)</b>
Realização no exercício (depreciação).....	17.814	(6.056)	11.758
<b>Saldo final em 30.06.2019.....</b>	<b>(1.462.112)</b>	<b>497.118</b>	<b>(964.994)</b>

## Notas Explicativas

### 22.4 Outros Resultados Abrangentes – CPC 33 (R1)

A partir da adoção do CPC 33 (R1), os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). A sua movimentação está representada abaixo:

	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro</b> .....	(380.301)	(370.669)
Ajuste CPC 33 (R1) no exercício.....	4.366	1.945
<b>Saldo final em 30 de junho</b> .....	<b>(375.935)</b>	<b>(368.724)</b>

### 22.5 Reserva de Lucros

	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Reserva legal.....	113.600	113.600
Reserva estatutária.....	405.546	405.546
Reserva de lucros a realizar.....	35.442	35.442
	<b>554.588</b>	<b>554.588</b>

## 23. RECEITA

### 23.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços (Não revisado)

A Companhia mantém contratos com 33 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados. Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras pela ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2019	Produtos e Preços R\$/MWh			Reajuste no ano (%)
	Mês do Reajuste	2009 a 2038	2010 a 2039	
Concessionárias				
Energisa Borborema	Fevereiro	248,39	234,11	3,78
Ampla, CPFL Jaguarí	Março	249,46	235,12	3,89
Light	Março	249,46	235,12	3,89
Enersul, Cemat, CPFL Paulista, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energisa SE e Celpe	Abril	251,33	236,88	4,58
Cemig	Maio	252,77	238,23	4,94
RGE e Copel	Junho	253,09	238,54	4,66

Reajustes em 2018	Produtos e Preços R\$/MWh			Reajuste no ano (%)
	Mês do Reajuste	2009 a 2038	2010 a 2039	
Concessionárias				
Energisa Borborema	Janeiro	239,35	225,59	2,86
Ampla, Light, CPFL Jaguarí	Fevereiro	240,12	226,31	2,84
Energisa MT, CPFL Paulista, Energisa MS, RGE Sul, Coelba, Coelce, Cosern, Celpe, Energisa SE	Março	240,34	226,52	2,68
Cemig	Abril	240,87	227,01	2,76
Copel e RGE	Junho	241,83	227,91	2,86

## Notas Explicativas

### 23.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

Energia Vendida no 2º trimestre	MWh (*)		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fornecimento</b>				
Industrial.....	847.221	1.093.325	176.733	196.458
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Agentes Comercializadores .....	642.349	774.690	116.787	146.185
<b>Leilões de Energia</b>				
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	177.879	173.227	42.534	41.065
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	314.077	312.627	72.919	69.769
	491.956	485.854	115.453	110.834
	1.134.305	1.260.544	232.240	257.019
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</b>				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	104.644	5.033	22.524	1.105
Liquidações de exercícios anteriores.....	-	-	(553)	1.043
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	295.212	272.678	3.512	3.159
	399.856	277.711	25.483	5.307
<b>Total.....</b>	<b>2.381.382</b>	<b>2.631.580</b>	<b>434.456</b>	<b>458.784</b>
<b>Energia Vendida até 30 de Junho</b>				
<b>Fornecimento</b>				
Industrial.....	1.777.553	1.966.946	355.854	345.197
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Agentes Comercializadores.....	1.180.094	1.495.075	214.764	280.920
<b>Leilões de Energia</b>				
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	359.839	360.693	88.200	85.073
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	642.116	642.359	148.138	142.755
	1.001.955	1.003.052	236.338	227.828
	2.182.049	2.498.127	451.102	508.748
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</b>				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	109.745	250.733	23.725	53.914
Liquidações de exercícios anteriores.....	-	-	8.830	7.484
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	1.354.751	376.611	16.475	4.198
	1.464.496	627.344	49.030	65.596
<b>Total.....</b>	<b>5.424.098</b>	<b>5.092.417</b>	<b>855.986</b>	<b>919.541</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### Para os trimestres findos em 30 de junho

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio) (*)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Mercado Livre</b>						
Consumidores Livres .....	847.221	1.093.325	176.733	196.458	208,60	179,69
Agentes Comercializadores .....	642.349	774.690	116.787	146.185	181,81	188,70
	1.489.570	1.868.015	293.520	342.643	197,05	183,43
<b>Mercado Regulado</b>						
Leilões de Energia.....	491.956	485.854	115.453	110.834	234,68	228,12
Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD.....	104.644	5.033	22.524	1.105	215,24	219,55
	596.600	490.887	137.977	111.939	231,27	228,03
<b>Total.....</b>	<b>2.086.170</b>	<b>2.358.902</b>	<b>431.497</b>	<b>454.582</b>	<b>206,84</b>	<b>192,71</b>

### Acumulado no período até 30 de junho

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio) (*)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Mercado Livre</b>						
Consumidores Livres .....	1.777.553	1.966.946	355.854	345.197	200,19	175,50
Agentes Comercializadores .....	1.180.094	1.495.075	214.764	280.920	181,99	187,90
	2.957.647	3.462.021	570.618	626.117	192,93	180,85
<b>Mercado Regulado</b>						
Leilões de Energia.....	1.001.955	1.003.052	236.338	227.828	235,88	227,13
Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD.....	109.745	250.733	23.725	53.914	216,18	215,03
	1.111.700	1.253.785	260.063	281.742	233,93	224,71
<b>Total.....</b>	<b>4.069.347</b>	<b>4.715.806</b>	<b>830.681</b>	<b>907.859</b>	<b>204,13</b>	<b>192,51</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

### 23.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 47 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>				
Receitas com energia				
Fornecimento de energia.....	176.733	196.458	355.854	345.197
Suprimento de energia - Contratos.....	116.787	146.185	214.764	280.920
Suprimento de energia - Leilões.....	115.453	110.834	236.338	227.828
Energia de curto prazo .....	25.483	5.307	49.030	65.596
	434.456	458.784	855.986	919.541
Outras receitas.....	648	681	1.279	1.307
	435.104	459.465	857.265	920.848
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>				
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(12.309)	(10.280)	(24.617)	(20.559)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(3.678)	(3.907)	(7.229)	(7.843)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(35)	(32)	(69)	(63)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(31.791)	(34.632)	(62.403)	(66.923)
PIS sobre receitas operacionais.....	(6.901)	(7.519)	(13.547)	(14.529)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(11.229)	(11.143)	(23.837)	(24.076)
Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE.....	(784)	(730)	(1.568)	(1.460)
	(66.727)	(68.243)	(133.270)	(135.453)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<b>368.377</b>	<b>391.222</b>	<b>723.995</b>	<b>785.395</b>

## Notas Explicativas

### 24. CUSTOS E DESPESAS

Apresentamos o detalhamento dos custos e despesas operacionais:

Natureza dos custos e despesas	Trimestre findo em 30.06.2019					Total
	Custo com Energia Elétrica (Nota 24.1)	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 24.2)	
Energia comprada.....	(83.335)	-	-	-	-	(83.335)
Encargos setoriais.....	(31.777)	-	-	-	-	(31.777)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão..	9.893	-	-	-	-	9.893
Pessoal.....	-	(5.556)	(16.587)	-	-	(22.143)
PDV - Programa de demissão voluntária (*).....	-	(625)	(1.662)	-	-	(2.287)
Administradores.....	-	-	(438)	-	-	(438)
Entidade de previdência a empregados.....	-	-	(3.380)	-	-	(3.380)
Material.....	-	(830)	(136)	-	-	(966)
Serviços de terceiros.....	-	(4.375)	(8.244)	-	-	(12.619)
Depreciação/Amortização.....	-	(90.722)	(1.808)	-	(91)	(92.621)
Outros encargos - ONS/CCEE.....	-	-	(230)	-	-	(230)
Aluguéis.....	-	-	(747)	-	-	(747)
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados.....	-	-	-	2.654	-	2.654
Provisão para litígios (Nota 19).....	-	-	-	(23.855)	295	(23.560)
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais.....	-	-	-	(132)	-	(132)
Perda estimada de créditos.....	-	-	-	(617)	-	(617)
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(581)	(581)
Outras despesas ou receitas.....	-	(4.420)	(1.116)	(502)	671	(5.367)
<b>Total.....</b>	<b>(105.219)</b>	<b>(106.528)</b>	<b>(34.348)</b>	<b>(22.452)</b>	<b>294</b>	<b>(268.253)</b>

Natureza dos custos e despesas	Trimestre findo em 30.06.2018 (Reapresentado)					Total
	Custo com Energia Elétrica (Nota 24.1)	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 24.2)	
Energia comprada.....	(192.049)	-	-	-	-	(192.049)
Encargos setoriais.....	(31.164)	-	-	-	-	(31.164)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão..	16.650	-	-	-	-	16.650
Pessoal.....	-	(6.237)	(28.008)	-	-	(34.245)
Administradores.....	-	-	(501)	-	-	(501)
Entidade de previdência a empregados.....	-	-	(2.582)	-	-	(2.582)
Material.....	-	(690)	(494)	-	-	(1.184)
Serviços de terceiros.....	-	(6.189)	(9.196)	-	-	(15.385)
Depreciação/Amortização.....	-	(77.303)	(1.588)	-	(240)	(79.131)
Outros encargos - ONS/CCEE.....	-	-	(236)	-	-	(236)
Aluguéis.....	-	-	(1.232)	-	-	(1.232)
Execução Acordo MPMS.....	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados.....	-	-	-	79	-	79
Provisão para litígios (Nota 19).....	-	-	-	356.738	37.170	393.908
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais.....	-	-	-	30	-	30
Perda estimada de créditos.....	-	-	-	(511)	-	(511)
Provisão para compromissos socioambientais.....	-	-	-	-	27.585	27.585
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(638)	(638)
Outras despesas ou receitas.....	-	(999)	(347)	(1.180)	1.039	(1.487)
<b>Total.....</b>	<b>(206.563)</b>	<b>(91.418)</b>	<b>(44.184)</b>	<b>355.156</b>	<b>12.916</b>	<b>25.907</b>



## Notas Explicativas

Natureza dos custos e despesas	Acumulado até 30.06.2019					Total
	Custo com Energia Elétrica (Nota 24.1)	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 24.2)	
Energia comprada.....	(320.156)	-	-	-	-	(320.156)
Encargos setoriais.....	(63.017)	-	-	-	-	(63.017)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão...	26.718	-	-	-	-	26.718
Pessoal.....	-	(11.060)	(50.091)	-	-	(61.151)
PDV - Programa de demissão voluntária (*).....	-	(8.816)	(95.975)	-	-	(104.791)
Administradores.....	-	-	(804)	-	-	(804)
Entidade de previdência a empregados.....	-	-	(6.752)	-	-	(6.752)
Material.....	-	(1.738)	(432)	-	-	(2.170)
Serviços de terceiros.....	-	(8.417)	(17.100)	-	-	(25.517)
Depreciação/Amortização.....	-	(167.371)	(3.428)	-	(332)	(171.131)
Outros encargos - ONS/CCEE.....	-	-	(468)	-	-	(468)
Aluguéis.....	-	-	(1.461)	-	-	(1.461)
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados.....	-	-	-	7.450	-	7.450
Provisão para litígios (Nota 19).....	-	-	-	11.941	806	12.747
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais.....	-	-	-	(213)	-	(213)
Perda estimada de créditos.....	-	-	-	(364)	-	(364)
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(607)	(607)
Outras despesas ou receitas.....	-	(7.772)	(1.735)	(1.089)	(4.698)	(15.294)
<b>Total.....</b>	<b>(356.455)</b>	<b>(205.174)</b>	<b>(178.246)</b>	<b>17.725</b>	<b>(4.831)</b>	<b>(726.981)</b>

Natureza dos custos e despesas	Acumulado até 30.06.2018 (Reapresentado)					Total
	Custo com Energia Elétrica (Nota 24.1)	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 24.2)	
Energia comprada.....	(196.643)	-	-	-	-	(196.643)
Encargos setoriais.....	(62.140)	-	-	-	-	(62.140)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão...	19.208	-	-	-	-	19.208
Pessoal.....	-	(11.729)	(53.862)	-	-	(65.591)
Administradores.....	-	-	(1.050)	-	-	(1.050)
Entidade de previdência a empregados.....	-	-	(5.165)	-	-	(5.165)
Material.....	-	(1.092)	(903)	-	-	(1.995)
Serviços de terceiros.....	-	(11.326)	(15.876)	-	-	(27.202)
Depreciação/Amortização.....	-	(154.636)	(3.106)	-	(494)	(158.236)
Outros encargos - ONS/CCEE.....	-	-	(479)	-	-	(479)
Aluguéis.....	-	-	(2.122)	-	-	(2.122)
Execução Acordo MPMS.....	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados.....	-	-	-	123	-	123
Provisão para litígios (Nota 19).....	-	-	-	269.708	25.979	295.687
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais.....	-	-	-	841	-	841
Perda estimada de créditos.....	-	-	-	(653)	-	(653)
Provisão para compromissos socioambientais.....	-	-	-	-	27.585	27.585
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(972)	(972)
Outras despesas ou receitas.....	-	(1.057)	(1.836)	(1.295)	214	(3.974)
<b>Total.....</b>	<b>(239.575)</b>	<b>(179.840)</b>	<b>(84.399)</b>	<b>268.724</b>	<b>312</b>	<b>(234.778)</b>

(\*) Vide Nota 1.2 (b).

## Notas Explicativas

### 24.1 Energia Comprada e Encargos Setoriais

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
<b>Energia comprada</b>				
CCEE.....	(2.850)	(13.489)	(77.591)	(13.489)
Provisão CCEE.....	-	(25.601)	-	(25.601)
Líquido CCEE.....	<u>(2.850)</u>	<u>(39.090)</u>	<u>(77.591)</u>	<u>(39.090)</u>
Energia proveniente do MRE.....	-	(400)	-	(1.239)
Prêmio repactuação do risco hidrológico (Notas 9 e 15).....	(3.756)	(3.756)	(7.512)	(7.511)
Energia comprada para revenda.....	(76.729)	(148.803)	(235.053)	(148.803)
	<u>(83.335)</u>	<u>(192.049)</u>	<u>(320.156)</u>	<u>(196.643)</u>
<b>Uso da Rede Elétrica</b>				
Conexão - CTEEP .....	(20)	(15)	(35)	(31)
Rede Básica.....	(31.757)	(31.149)	(62.982)	(62.109)
	<u>(31.777)</u>	<u>(31.164)</u>	<u>(63.017)</u>	<u>(62.140)</u>
<b>Subtotal.....</b>	<b><u>(115.112)</u></b>	<b><u>(223.213)</u></b>	<b><u>(383.173)</u></b>	<b><u>(258.783)</u></b>
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão..	9.893	16.650	26.718	19.208
<b>Total.....</b>	<b><u>(105.219)</u></b>	<b><u>(206.563)</u></b>	<b><u>(356.455)</u></b>	<b><u>(239.575)</u></b>

### 24.2 Outras (Despesas) / Receitas Líquidas

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.06.2019	30.06.2018 (Reapresentado)	30.06.2019	30.06.2018 (Reapresentado)
Depreciação de bens não vinculados.....	(91)	(240)	(332)	(494)
Reversão ações de desapropriações - empresas cindidas .....	295	37.170	806	25.979
Reversão/(provisão) compromissos socioambientais.....	-	27.585	-	27.585
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios).....	(581)	(638)	(607)	(972)
Execução Acordo MPMS - PM Bataguassu (Nota 19.8).....	-	(2.000)	-	(2.000)
Execução Acordo MPMS - Estado do MS (Nota 19.8).....	-	(50.000)	-	(50.000)
Despesas com convênios .....	(956)	(1.550)	(1.912)	(2.175)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	(2.655)	1.167	(6.940)	1.168
Outras receitas líquidas.....	4.546	1.974	4.893	3.075
Outras (despesas) líquidas.....	(264)	(552)	(739)	(1.854)
	<u>671</u>	<u>1.039</u>	<u>(4.698)</u>	<u>214</u>
<b>Total.....</b>	<b><u>294</u></b>	<b><u>12.916</u></b>	<b><u>(4.831)</u></b>	<b><u>312</u></b>

## Notas Explicativas

### 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.06.2019	30.06.2018 (Reapresentado)	30.06.2019	30.06.2018 (Reapresentado)
<b>Receita</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	17.840	7.322	48.562	13.472
Atualização de levantamento de depósitos judiciais.....	1.057	4.749	2.686	6.588
Atualização do saldo de depósitos judiciais.....	2.887	3.590	5.054	16.809
Variações cambiais.....	5.581	2	17.960	17.857
Outras.....	85	178	178	242
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras.....	(883)	(570)	(2.392)	(930)
	<u>26.567</u>	<u>15.271</u>	<u>72.048</u>	<u>54.038</u>
<b>Despesa</b>				
Encargos de dívidas				
Moeda estrangeira.....	(2.730)	(6.244)	(6.158)	(12.643)
Moeda nacional.....	(36.449)	(144)	(68.408)	(310)
	<u>(39.179)</u>	<u>(6.388)</u>	<u>(74.566)</u>	<u>(12.953)</u>
Outras				
Imposto sobre operações financeiras.....	(79)	(85)	(79)	(226)
Atualização P&D - projetos.....	(289)	(585)	(633)	(1.357)
Atualização UFERMS sobre acordo MP/MS.....	(1.332)	-	(1.362)	-
Atualização do saldo de provisão para litígios.....	(80.023)	(100.584)	(129.473)	(201.606)
Ajuste a valor presente sobre Uso do bem público.....	(1.707)	-	(1.707)	-
Outros encargos.....	(611)	(485)	(844)	(808)
	<u>(84.041)</u>	<u>(101.739)</u>	<u>(134.098)</u>	<u>(203.997)</u>
Variações Monetárias e Cambiais				
Moeda estrangeira.....	(3.321)	(50.611)	(15.020)	(69.348)
	<u>(3.321)</u>	<u>(50.611)</u>	<u>(15.020)</u>	<u>(69.348)</u>
	<u>(126.541)</u>	<u>(158.738)</u>	<u>(223.684)</u>	<u>(286.298)</u>
<b>Resultado Financeiro.....</b>	<b><u>(99.974)</u></b>	<b><u>(143.467)</u></b>	<b><u>(151.636)</u></b>	<b><u>(232.260)</u></b>

### 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

#### Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
<b>Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social.....</b>	<b>150</b>	<b>273.662</b>	<b>(154.622)</b>	<b>318.357</b>
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(50)	(93.051)	52.572	(108.241)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	-	1	-	1
Prejuízo fiscal/Base negativa apurada no período.....	(21.583)	(151.817)	(77.872)	(151.817)
Outros.....	(340)	2.788	(983)	14.071
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias não constituídas.....	17.821	309.406	18.660	264.889
<b>Receita / (Despesa) contabilizada.....</b>	<b><u>(4.152)</u></b>	<b><u>67.327</u></b>	<b><u>(7.623)</u></b>	<b><u>18.903</u></b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:</b>				
Corrente.....	-	36.901	-	-
Diferido.....	(4.152)	30.426	(7.623)	18.903
<b>Total no resultado.....</b>	<b><u>(4.152)</u></b>	<b><u>67.327</u></b>	<b><u>(7.623)</u></b>	<b><u>18.903</u></b>

## Notas Explicativas

### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado regulado). Em 30.06.2019, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Avaliados ao Custo Amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	465.706	410.886
Valores a receber (Nota 6).....	180.946	240.802
Ativo sujeito à indenização (Nota 11).....	1.949.430	1.949.430
	<u><b>2.596.082</b></u>	<u><b>2.601.118</b></u>
<b>Passivos Financeiros</b>		
Avaliados ao Custo Amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15).....	1.870.941	215.636
	<u><b>1.870.941</b></u>	<u><b>215.636</b></u>

#### 27.1 Índice de Endividamento

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>Índice de Endividamento</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15).....	1.870.941	215.636
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(465.706)	(410.886)
Dívida Líquida.....	<b>1.405.235</b>	<b>(195.250)</b>
Patrimônio Líquido.....	6.944.187	7.102.066
<b>Índice de Endividamento Líquido</b>	<u><b>20,2%</b></u>	<u><b>-2,7%</b></u>

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento.

	<b>Vencimentos</b>				<b>Total</b>
	<b>1 ano</b>	<b>2 anos</b>	<b>5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	
<b>Em 30 de junho de 2019</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	91.380	-	1.017.233	762.328	1.870.941
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	214.556	-	33	1.047	215.636

#### 27.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

## Notas Explicativas

Passivos	30.06.2019	31.12.2018
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>		
Dólar americano - US\$ (Nota 15).....	85.856	210.882
<b>Total</b>	<b>85.856</b>	<b>210.882</b>

### Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) nos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do período.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (BACEN) de 30.06.2019, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da taxa em	
		25%	50%
Dólar americano - US\$/R\$.....	3,97	4,96	5,95

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 30.06.2019, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que o impacto sobre o saldo devedor seria próximo aos indicados nas colunas cenários no quadro a seguir:

Passivos	30.06.2019	Impacto		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>				
Dólar americano - US\$.....	84.725	3.068	25.016	46.965
<b>Total</b>	<b>84.725</b>	<b>3.068</b>	<b>25.016</b>	<b>46.965</b>

### 27.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas.

Passivos vinculados às taxas	30.06.2019	31.12.2018
<b>Moeda nacional</b>		
Taxa fixa.....	2.176	4.754
CDI.....	1.782.909	-
<b>Moeda estrangeira</b>		
UMBNDDES.....	84.725	209.743
LIBOR.....	1.131	1.139
<b>Total</b>	<b>1.870.941</b>	<b>215.636</b>

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A Companhia considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos atualizados com taxas de juros pós-fixadas, é a elevação destas taxas e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por taxas contratadas e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

Índices	Previsão	Apreciação da taxa em	
		25%	50%
CDI.....	6,72%	8,40%	10,08%
UMBNDDES.....	4,71%	5,89%	7,07%

O resultado desta análise reflete o impacto das taxas sobre o resultado no curto prazo (julho de 2019 a junho de 2020), considerando a apropriação de juros (juros a serem incorridos) até a data de cada vencimento, conforme quadro a seguir:

Risco	30.06.2019	Impacto		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Varição do CDI.....	1.782.909	5.493	33.489	61.857
Varição do UMBNDDES.....	84.725	84	425	858
<b>Total</b>	<b>1.867.634</b>	<b>5.577</b>	<b>33.914</b>	<b>62.715</b>

### 27.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Em 30 de junho de 2019, a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

### 27.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

#### (a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida de R\$ 1.870.941 em 30 de junho de 2019, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos.

#### (b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

## Notas Explicativas

### (c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 30 de junho de 2019.

## 27.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2019 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

### (b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações financeiras intermediárias.

### (c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

### (d) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, e outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva DI Pré Bovespa (juros de mercado em reais), como segue:

	<b>30.06.2019</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de mercado</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Moeda Nacional</b>		
Debêntures.....	1.782.909	1.803.359
<b>Total</b>	<b>1.782.909</b>	<b>1.803.359</b>

## 28. RISCOS DO NEGÓCIO

### 28.1 Risco Hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. A principal usina hidrelétrica da Companhia, UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

## Notas Explicativas

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN – Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF – *Generation Scaling Factor* inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da Companhia e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada “energia secundária”, que também é remunerada ao PLD.

Visando mitigar os impactos financeiros do risco hidrológico sobre a geração hidráulica no SIN, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 688/2015, posteriormente convertida na Lei nº 13.203/2015, apresentando um acordo de repactuação desse risco, com efeitos retroativos a 2015.

A Companhia, após estudos e análises aprofundados, protocolou junto à ANEEL o requerimento de adesão à repactuação do risco hidrológico no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, em que 350 MW médios contratados em 2016 e 230 MW médios contratados de 2017 até 2028 estão com riscos cobertos quanto ao GSF. Em relação ao ACL – Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes setoriais.

### 28.2 Gerenciamento de Riscos relacionados às barragens

As barragens da Companhia são todas do tipo “gravidade”, isto é, barragens de concreto, solo compactado e rocha, solidamente ancoradas às suas respectivas fundações, que foram estudadas e receberam tratamento para suportar o peso e os esforços das estruturas e dos reservatórios.

A UHE Porto Primavera está localizada entre os municípios de Rosana/SP e Bataguassu/MS e iniciou a operação em 1999. É constituída por uma barragem de concreto (margem esquerda) com 1.004,00(m) de comprimento e uma barragem de terra (margem direita) com 10.186,00(m).

A UHE Paraibuna está localizada no município de Paraibuna e iniciou a operação em 1978. É constituída por uma barragem principal de terra com 585,00 (m) de extensão.

A UHE Jaguari está localizada no município de São Jose dos Campos e iniciou a operação em 1972. É constituída por uma barragem principal de terra com 435,00 (m) de extensão.

Em cumprimento da Lei Federal nº 12.334/2010 e aos requisitos e metodologia de segurança de barragem, regulamentada pela Agência Nacional de Águas – ANA/CNRH e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e conforme Resolução Normativa nº 696/2015, a Companhia elaborou o Plano de Segurança de Barragens – PSB, contemplando entre outros o Plano de Ação de Emergência - PAE em caso da possibilidade de ruptura de barragem, sendo entregue aos Municípios e a Defesa Civil para elaboração dos planos de contingência.

Também fazem parte do PSB os procedimentos para realização das inspeções periódicas e análise do comportamento dos instrumentos de auscultação instalados nas estruturas das Barragens. Para tanto, são realizadas leituras nos instrumentos de auscultação civil pela equipe de Segurança de Barragens da CESP, com periodicidades estabelecidas, armazenando os dados no Sistema Informatizado de Segurança de Barragens – SICESP.



## Notas Explicativas

A Companhia possui ainda uma rede de estações hidrométricas que monitora as chuvas e as vazões afluentes aos seus reservatórios que alimentam o sistema de operação juntamente com informações fornecidas pelo Operador Nacional do sistema Elétrico – ONS, responsável pela operação do sistema de usinas. Em casos de cheias extraordinárias utiliza o Sistema de Operação em Emergência – SOSEm, com procedimentos especiais de gerenciamento de risco, de acordo com a situação normal, atenção, alerta e emergência, sempre envolvendo a defesa civil local e regional.

Em 2018, a Companhia preencheu e encaminhou à ANEEL o Formulário de Segurança de Barragem - FSB, estabelecendo a categoria de risco e dano associado, declarando que todas as suas Barragens encontram-se em Situação Normal de segurança e operação.

### 28.3 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão de três usinas hidrelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

<u>UHE</u>	<u>Vencimento</u>
Jaguari.....	20/05/2020
Paraibuna.....	09/03/2021
Eng <sup>o</sup> Sérgio Motta (Porto Primavera).....	14/04/2049

O Conselho de Administração aprovou, em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo de pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari após término da atual concessão da usina (nos termos do Edital n° SF 001/2018), a formalização à União (MME/ANEEL) sobre o não interesse da Companhia na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Companhia manterá as suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão n° 003/2004, em 20 de maio de 2020.

### 29. SEGUROS (Não revisado)

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

<u>Tipo</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Segurado</u>
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	Responsabilidade civil - D&O	07/2020	80.000
Riscos Patrimoniais	Chubb Seguros S.A.	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	08/2019	448.248

Obs.: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros.

### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### a) Homologação da TUST

A Resolução Homologatória no 2.562 de 25 de junho de 2019, estabeleceu o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional com vigência no período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A nova tarifa aplicada à UHE Porto Primavera é de R\$ 7,693/kW, aumento de 17,6% com relação a tarifa do ciclo anterior (R\$ 6,541/kW).

#### b) Programa de Demissão Voluntária (PDV) 2019 II

Em 28 de junho de 2019, o Conselho de Administração aprovou Programa de Demissão Voluntária (PDV) 2019 II, com as seguintes características: i) destinado a todos os empregados admitidos até 10.12.2018 com contrato de trabalho por tempo indeterminado; ii) incentivo financeiro de 13 remunerações; iii) assistência médico-hospitalar e odontológica por 17 meses, a contar da data do desligamento; iv) Prazo de adesão até 10.07.2019; e v) desligamentos até 31.07.2019. No mesmo dia a Diretoria divulgou o programa aos empregados. A adesão ao programa foi de 20 empregados, com custo estimado em torno de R\$ 5.750.

## Notas Explicativas

### c) ILP – Política de Incentivo de Longo Prazo

Em 28 de junho de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a Política de Incentivo de Longo Prazo - ILP para parte dos executivos alinhando a remuneração da alta gestão a critérios de desempenho, resultado e geração de valor.

### d) Liminar CCEE - Parâmetro Lâmbda

Em 29 de julho de 2019, a CCEE operacionalizou a decisão judicial decorrente de efeito suspensivo da liminar obtida pela Companhia em setembro de 2017 questionando a atualização dos parâmetros de aversão a risco nos modelos computacionais que tem impacto direto na fixação de preços e exposição ao mercado de curto prazo. O valor atualizado pelo IGP-M é de R\$ 97.383. A Companhia, no período findo em 30 de junho de 2019, manteve contabilizada a provisão de R\$ 95.852 (Nota 14). O valor total pago em 05 de agosto de 2019 foi de R\$ 68.929, resultado do valor atualizado somado ao saldo acumulado a receber da CCEE de R\$ 28.454.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

CESP – Companhia Energética de São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP – Companhia Energética de São Paulo (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Ativo sujeito a indenização

Conforme mencionado na nota explicativa 11 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$ 1.949.430 mil na rubrica “Ativo sujeito a indenização”, líquido de provisão, junto ao Governo Federal oriundo da indenização dos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira. A Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2018, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.1, que foram efetuados para alterar essas informações financeiras de 2018, apresentadas para fins de comparação; e (ii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2018, como preparadas originalmente, e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 13 de agosto de 2018 e 18 de março de 2019, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossa revisão das informações financeiras do trimestre findo em 30 de junho de 2019, revisamos também os ajustes descritos na Nota 3.1, que foram efetuados para alterar as informações financeiras constantes das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2018, apresentadas para fins de comparação. Com base em nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais ajustes não são apropriados ou não foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Informações Trimestrais - ITR da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as informações financeiras daquele trimestre tomadas em conjunto.

Curitiba, 6 de agosto de 2019

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

Contador CRC 1SP196994/O-2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia do período findo em 30 de junho de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia do período findo em 30 de junho de 2019.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia do período findo em 30 de junho de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia do período findo em 30 de junho de 2019.